



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 7986/IT

RELATOR(A): PRESIDENTE DO STJ

REQUERENTE: GOVERNO DA ITÁLIA

REQUERIDO: ROBSON DE SOUZA

PGR-MANIFESTAÇÃO-154781/2023

Excelentíssima Senhora Ministra Relatora,

Trata-se de homologação de sentença estrangeira apresentada pela República da Itália, com o conseqüente pedido de transferência de execução de pena do nacional brasileiro Robson de Souza, fundada no artigo 6º, 1, do Tratado de Extradução firmado entre Brasil e Itália, promulgado pelo Decreto nº. 863, de 9 de julho de 1993.

Consta na documentação instrutória que Robson de Souza foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, por sentença penal proferida pelo Tribunal de Milão em 23 de novembro de 2017 e transitada em julgado em 19 de janeiro de 2022), pelo cometimento do crime de estupro coletivo (violência sexual de grupo, art. 609-octies do Código Penal italiano).

A solicitação, devidamente instruída com cópia de sentença condenatória (17/46 e-STJ - tradução às fls. 47/48 e-STJ), foi encaminhada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que expediu a Nota Técnica nº 29/2023/EXT/CETPC/DRCI/SENAJUS/MJ, segundo a qual encontra-se satisfeito seu juízo de admissibilidade.

O despacho de fls. 110/111 e-STJ destacou que o Superior Tribunal de Justiça ainda não se pronunciou por meio de sua Corte Especial acerca da possibilidade de homologação de sentença penal condenatória para o fim de transferência da execução da pena no Brasil, notadamente nos casos que envolvem brasileiro nato, cuja extradução é

expressamente vedada pela Constituição brasileira (artigo 5º, LI).

No entanto, diante da existência de decisão monocrática da lavra do Exmo. Min. Humberto Martins, ex-Presidente dessa Corte, reconhecendo a validade desse procedimento (HDE nº 5.175, Min. Presidente Humberto Martins, decidido em 19.04.2021), determinou o regular prosseguimento do feito, bem como a intimação desta Procuradoria-Geral da República para que, em consulta aos bancos de dados à sua disposição, informe endereço em que o requerido possa ser citado.

Eis, em síntese, o relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que a norma do art. 100 da Lei nº 13.445/17 contém a seguinte redação: "*Nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória, a autoridade competente poderá solicitar ou autorizar a transferência de execução da pena, desde que observado o princípio do non bis in idem*" (grifo nosso).

O parágrafo único do referido dispositivo, por sua vez, apresenta os requisitos para a transferência da execução da pena:

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a transferência de execução da pena será possível quando preenchidos os seguintes requisitos:

- I - o condenado em território estrangeiro for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil;
- II - a sentença tiver transitado em julgado;
- III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, 1 (um) ano, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação;
- IV - o fato que originou a condenação constituir infração penal perante a lei de ambas as partes; e
- V - houver tratado ou promessa de reciprocidade

Embora um dos requisitos para aplicação do instituto seja a nacionalidade brasileira do condenado, a repercussão do caso tratado no título homologando deu início a notória discussão doutrinária acerca da possibilidade ou não de transferência da execução da pena imposta a brasileiros natos.

De um lado, defende-se que, por não ser possível a extradição de brasileiros

natos, a transferência da execução da pena também estaria vedada, uma vez que o art. 100 da Lei nº 13.445/17 somente a permitira nas hipóteses em que couber o pedido extradicional.

Outros juristas, no entanto, a exemplo do professor Davi Tangerino, **afirmam que a referida norma apenas condicionou a transferência de execução da pena à mera solicitação de extradição executória, razão pela qual o brasileiro nato pode ser submetido à execução de pena privativa de liberdade estrangeira.** Sustentam, ainda, ser possível solicitar a extradição de pessoa com nacionalidade originária, ainda que esse pedido venha ser indeferido por falta de requisito.

Este último entendimento foi acolhido em decisão monocrática proferida pelo Exmo. Min. Herman Benjamin nos autos da Ação Rescisória nº 7287, transcrita a seguir:

(...) Ademais, especificamente no caso do inciso V, que trata da hipótese de manifesta violação à norma jurídica, esse Superior Tribunal de Justiça tem entendimento no sentido de que " tal ofensa deve ser "direta, evidente, que ressaí da análise do aresto rescindendo" e "se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de se tornar um mero recurso com prazo de interposição de dois anos." (AgInt nos EDcl no REspn. 1.902.978/PR, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 16/5/2022, DJe de 19/5/2022 - SIC - grifo nosso).

Destaque-se: *"se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de se tornar um mero recurso com prazo de interposição de dois anos"*, conforme citado.

No que tange ao art. 100 da Lei 13.445/2017, conhecida como Lei de Migração, vejamos sua redação:

Art. 100. Nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória, a autoridade competente poderá solicitar ou autorizar a transferência de execução da pena, desde que observado o princípio do non bis in idem .

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a transferência de execução da pena será possível quando preenchidos os seguintes requisitos:

- I - o condenado em território estrangeiro for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil;
- II - a sentença tiver transitado em julgado;
- III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, 1 (um) ano, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação;
- IV - o fato que originou a condenação constituir infração penal perante a lei de ambas as partes; e
- V - houver tratado ou promessa de reciprocidade.

Já o art. 5º, inciso LI, da Constituição Federal trata da extradição de brasileiro, sendo vedada, salvo a de naturalizado, em caso de crime comum,

praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

No ponto, o argumento invocado pela parte requerente é de que, se vedada a extradição de brasileiro nato, também estaria vedada a transferência de execução de condenação penal. O fundamento principal advém de controvérsia doutrinária, como bem lembrado pelo Ministério Público Federal.

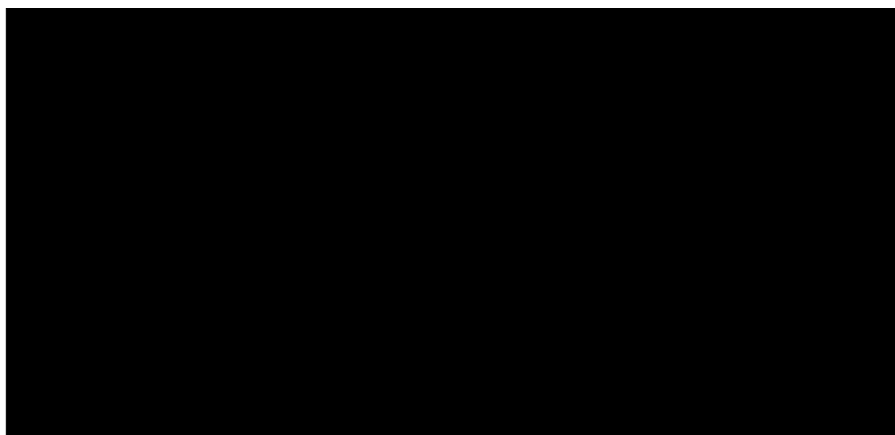
De toda forma, trata-se de uma interpretação promovida pela parte requerente (em benefício próprio, obviamente), mas que não encontra respaldo no referido art. 100 da Lei de Migração. Em verdade, o que se busca é criar um requisito não previsto expressamente e, como se sabe, onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir.

Noutras palavras, se de fato fosse intenção do legislador estabelecer restrição adicional à transferência da execução penal, haveria disposição explícita nesse sentido.

(AR n. 7.287, Ministro Herman Benjamin, DJe de 09/09/2022 - grifo nosso.)

Nesse contexto, inexistentes quaisquer restrições à transferência da execução da pena imposta aos brasileiros natos no estrangeiro, razão pela qual o requerido há de ser citado no endereço a seguir indicado para apresentar contestação, que, nos termos do art. 216-H, parágrafo único, do RISTJ, somente poderá versar sobre a inteligência da decisão alienígena e a observância dos requisitos indicados nos arts. 216-C, 216-D e 216-F.

Em face do exposto, a PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA manifesta-se pela citação do requerido nos seguintes endereços:



Brasília, data da assinatura digital.

Carlos Frederico Santos
Subprocurador-Geral da República
Assinado digitalmente

LGC/CL